

DENISE ROTHENBURG
deniserothenburg.df@dabr.com.br

Problemas longe da solução

Logo depois do discurso de Luiz Inácio Lula da Silva na Marcha dos Prefeitos, o presidente da Confederação Nacional dos Municípios (CNM), Paulo Ziulkoski, elogiou os anúncios, mas, à coluna, disse que nada do que foi apresentado levará os prefeitos a desistirem da PEC 66 apresentada no Congresso. A proposta abre prazo para parcelamento de débitos dos municípios em relação ao regime próprio de Previdência e, também, ao Regime Geral da Previdência Social. Esse é um dos pontos nevrálgicos da discussão entre o governo federal e os prefeitos, assim como a reoneração da folha de salários.

» » »

Em tempo: a contar pelo que disse Lula sobre cuidar apenas das boas notícias, esses assuntos em que o governo não segue na linha defendida pelos prefeitos serão motivo de embate no Parlamento. E se essa discussão prosseguir no ano eleitoral, dificilmente o governo federal terá vitórias nessa seara.



Nova disputa tucana

O presidente da Federação PSDB-Cidadania, Bruno Araújo, está a um passo de perder o posto. É que o presidente do PSDB, Marconi Perillo, se prepara para obter maioria e catapultar Bruno do cargo com a ajuda do deputado Aécio Neves (PSDB-MG).

Os maiores testes virão

A sala com várias cadeiras vazias na sessão sobre a Operação Lava-Jato foi considerada pelas excelências um indicativo de que o lavajatismo terminou. O termômetro final será a tentativa de eleição de personagens emblemáticos, como o ex-ministro José Dirceu, que está mais próximo da disputa depois que foi anulada a pena imposta por causa da operação.

O que é bom para uns...

...é o pesadelo de outros. Ao se referir ao PAC Seleções na Marcha dos Prefeitos, Lula mencionou o programa como a atitude mais republicana da história do país. A maioria dos deputados, porém, não pensa assim. Tem muita gente que cita esse braço do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) como um projeto para tirar os parlamentares da linha de frente dos repasses para os municípios.

Chuva de projetos

As propostas de socorro ao Rio Grande do Sul prometem dominar o debate em plenário, haja vista o número de regimes de urgência em análise. Há projetos de ajuda para o setor de turismo e cultura, do deputado Marcel Van Hatten (Novo-RS), e outro de Márcio Biolchi (MDB-RS), para o turismo e, em especial, os vitivinicultores.

Solução para os fertilizantes

Deputados se reuniram, ontem, para articular uma uma solução rápida que reduza o preço do gás natural para a indústria de fertilizantes. Em audiência pública, convocada pelas comissões de Minas e Energia e da Agricultura da Câmara, foi pedida urgência na análise do projeto de lei que cria o Programa Emergencial para a Fabricação da Amônia e Ureia (PL 4.338/23). Segundo o deputado Otto Alencar Filho (PSDB-BA), autor do projeto, a ideia é reduzir o preço do gás natural, base da produção de fertilizantes nitrogenados. Hoje, quase 90% dos fertilizantes usados na agricultura são importados — ao custo de US\$ 25 bilhões/ano. Isso coloca o Brasil na posição de maior importador mundial do insumo.

CURTIDAS



Edilson Rodrigues/Agência Senado

Meu pai vai, tá?/ O ex-presidente Jair Bolsonaro apareceu de última hora na reunião conjunta da Frente da Segurança Pública e da Frente Parlamentar do Agro. Detentora de uma pauta extensa com o governo, a FPA está com dificuldades de se desvincular do bolsonarismo. E Bolsonaro, interessado em gerar fatos ligados a temas importantes — como é o caso do agro —, sempre que pode, aparece. Desta vez, foi levado pelo filho, o senador Flávio (PL-RJ, foto).

Muda a pauta/ Nesse jogo, a discussão da agenda da FPA com o governo, inclusive a recuperação do agro gaúcho, ficou para uma outra reunião, que deve ser daqui a duas semanas. Semana que vem, com o feriado de Corpus Christi, não terá muito movimento de parlamentares na cidade.

Cochilo do cerimonial/ Lula tem feito tudo que pode para manter uma relação civilizada com potenciais adversários. Na Marcha dos Prefeitos, ao cumprimentar as autoridades presentes, não citou o governador de Minas Gerais, Romeu Zema. Mas, no discurso, pediu desculpas. “Não estava na minha nominata”, justificou-se. Foi aplaudido.

Para poucos/ Na saída do encontro com os prefeitos, Lula fez uma pequena parada na sala vip reservada às autoridades e com saída para a garagem. A prefeita de Taperoá (BA), Kitty, do PP, foi uma das poucas que teve acesso, levada por um dos assessores de políticos baianos.

Colaborou Rafaela Gonçalves

JUDICIÁRIO

TSE mantém Moro senador

Corte rejeita, por unanimidade, recurso que pedia cassação do mandato do ex-juiz. PT, PL, PCdoB e PV saem derrotados

» ÂNDREA MALCHER

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) rejeitou, ontem à noite, por unanimidade, o pedido de cassação do mandato do senador Sergio Moro (União-PR). No confronto contra o ex-juiz da Operação Lava-Jato, saem derrotados a Federação Brasil da Esperança (formada pelo PT, PCdoB e PV) e o PL (partido do ex-presidente Jair Bolsonaro), que viram a confirmação da decisão do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná. Em abril, o TRE-PR absolveu o parlamentar, por 5 x 2, das acusações de abuso de poder econômico, caixa dois e uso indevido dos meios de comunicação.

Tão logo o TSE sacramentou o resultado que lhe garantiu o mandato, Moro usou o X (antigo Twitter) para fazer um desabafo: “Os boatos sobre a cassação de meu mandato foram exagerados. Em julgamento unânime, técnico e independente, o TSE rejeitou as ações que buscavam, com mentiras e falsidades, a cassação do meu mandato. Foram respeitadas a soberania popular e os votos de quase 2 milhões de paranaenses. No Senado, casa legislativa que integro com orgulho, continuarei honrando a confiança dos meus eleitores e defendendo os interesses do Paraná e do Brasil”, publicou.

A Federação Brasil da Esperança e o PL acusaram Moro de gastos irregulares durante o período de pré-campanha, em 2022, quando ele ainda era presidente, mas, depois, tornou-se candidato ao Senado. Os partidos pediam a cassação do mandato do ex-juiz e de seus suplentes — Luís Felipe Cunha e Ricardo Augusto Guerra. Também defendiam que uma nova eleição para a cadeira

do Senado ocorresse no Paraná.

O relator do processo, ministro Floriano de Azevedo Marques, votou contra os recursos. Ele destacou no voto que para condutas que tratam de irregularidade de gastos, e que podem levar à inelegibilidade, é necessária a “relevância jurídica do fato apurado”. O magistrado observou que “a aprovação das contas de um candidato com ressalvas não acarreta necessariamente em cassação e inelegibilidade”.

O magistrado também pontuou que, em relação às acusações levantadas nos recursos de compra de apoio político, “em que pese as suspeitas sobre estes pagamentos, nem as alegações recorrentes, nem provas colhidas permitem um juízo isento de dúvida razoável sobre o fato”.

Marques tampouco viu evidências que respaldassem irregularidades no repasse de recursos dos fundos partidário e de campanha. “Não há prova clara e convincente no tocante às alegações do desvio de finalidade”, sentenciou. “Condenar alguém pela prática de caixa dois ou lavagem de dinheiro, baseado apenas em suposições, tampouco é conduta correta condizente à boa judicatura”, acrescentou.

O vice-procurador-geral eleitoral, Alexandre Espinosa, também defendeu a rejeição dos recursos. “Na espécie, o exame devido das informações prestadas pelo Podemos [partido ao qual Moro pertencia quando pretendia disputar a Presidência da República] e União Brasil [legenda pela qual conquistou a cadeira de senador] permitem aferir, com segurança, que houve um gasto na pré-campanha dos investigados em percentual leve e modesto de 10% do teto de gastos para o cargo de senador no Paraná”, salientou.

Ed Alves/CB/D.A Press



Em julgamento unânime, o TSE rejeitou as ações que buscavam, com mentiras e falsidades, a cassação do meu mandato. Foram respeitadas a soberania popular e os votos de quase 2 milhões de paranaenses”

Senador Sergio Moro (União-PR)

Moraes: chance zero de adiar eleição no RS

O presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Alexandre de Moraes, deixou claro, ontem, que não há possibilidade de as eleições municipais no Rio Grande do Sul serem adiadas. O comentário foi feito na retomada do julgamento do recurso do PL e da Federação Brasil da Esperança — formada por PT, PCdoB e PV — ao TSE que pede a cassação do mandato do senador Sergio Moro (União-PR). Segundo o ministro, “não há nenhuma previsão, nenhuma discussão de qualquer adiamento das eleições no Rio Grande do Sul”.

Trata-se de uma resposta ao governador gaúcho Eduardo Leite (PSDB), que em recente entrevista defendeu que se analisasse o possível adiamento das eleições municipais no estado,

devastado pelas inundações. Ele observou que o tema deve ser analisado o mais rapidamente possível, uma vez que em junho começam as pré-campanhas e o Rio Grande do Sul estará em processo de recuperação.

“Estamos em maio e todas as providências estão sendo tomadas no âmbito do governo do estado do Rio Grande do Sul e do governo federal, para, obviamente, se não o retorno total do que era antes dessa devastação pela inundação, mas que haja o retorno do mínimo normal da rotina. Começa a reverter o desastre ecológico, as águas estão baixando, não houve nenhum dano estrutural no Tribunal Regional Eleitoral (TRE) ou nos juízos eleitorais que impeça a realização normal das eleições

em outubro, em todo Rio Grande do Sul”, afirmou Moraes. Os pleitos municipais estão marcados para 6 e 27 de outubro — primeiro e segundo turnos.

Urnas preservadas

De acordo com o presidente do TSE, as urnas eletrônicas serão contabilizadas e estão acomodadas em depósitos, “com todas as condições para garantir, até este momento, as eleições normais em todos os municípios do Rio Grande do Sul”. “Isso é muito importante, porque o calendário eleitoral permanece para o Brasil todo. Adiamos os processos e o recadastramento no auge da inundação. Mas, ao povo e governantes do Rio Grande do Sul, tenham

a tranquilidade de saber que as eleições ocorrerão normalmente, assim como em todo o Brasil”, assegurou o ministro.

Cerca de 15 mil urnas eletrônicas estavam no depósito do Tribunal Regional Eleitoral em Porto Alegre, porém somente 5 mil devem ser utilizadas no pleito. A maior parte dos equipamentos estaria acondicionados em locais longe do alcance das enchentes.

Mesmo assim, o TSE afirma que tem como suprir unidades defeituosas, uma vez que a Justiça Eleitoral conta com cerca de 570 mil urnas eletrônicas armazenadas em Brasília e nos demais TREs — distribuídas em 4,4 mil depósitos espalhados pelas 27 unidades da Federação. Só a sede do TSE, em Brasília, dispõe de 15 mil unidades de “reserva”.